



AS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS MESSOREGIÕES DO RS: UMA ANÁLISE COM BASE NO CENSO AGROPECUARIO DE 2017

**Leticia Maiara Maiara Schu
Rosani Marisa Spanevello
Menigui Spanevello Dalcin
Alessandra Matte**

Resumo

Este artigo visa discutir as mulheres da agricultura familiar e sua diversidade nas distintas regiões do Rio Grande do Sul, através da análise de suas características socioeconômicas e forma de inserção na produção agropecuária. A análise foca no nas características das gestoras, na forma como participam da produção e a tecnificação dos estabelecimentos agropecuários em que estão à frente. Os dados deste artigo vão derivados do Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A situação das mulheres da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, com destaque para as particularidades das mesorregiões gaúchas nos permite concluir que as mulheres ainda tem um espaço de visibilidade a ser conquistado, especialmente no referente as questões produtivas e de acesso a informações técnicas. Este quadro associado ao crescente envelhecimentos das mulheres torna-se urgente a necessidade de ações e políticas públicas para melhorar as condições das mesmas no contexto da agricultura familiar.

Palavras-chave: Mulheres Rurais. Agricultura Familiar. Rio Grande do Sul.

1 Introdução

De modo geral, os estudos pioneiros que retratam a questão das mulheres no meio rural brasileiro buscam apontar a problemática do trabalho ressaltando o tipo de trabalho realizado pelas mulheres associado à falta de reconhecimento social e econômico das atividades realizadas por elas, sendo a posição feminina subordinada à masculina dentro do âmbito da propriedade rural (MELO e DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004; 2009; PAULILO, 2004), embora tenham uma posição central na economia rural, em especial as mulheres pertencentes a agricultura familiar (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2011).

Estas dificuldades relativas ao trabalho permitem extrapolar análises mais recentes sobre as mulheres do meio rural para outros contextos, como é o caso das políticas públicas (HERNÁNDEZ, 2009; SPANEVELLO, MATTE e BOSCARDIN, 2016;), da reforma agrária (CABRAL, 2013), das atividades não agrícolas (SILVA e SCHNEIDER, 2010), da sucessão geracional (MOREIRA, SPANEVELLO, BOSCARDIN e LAGO, 2020), cooperativas agropecuárias (ZIMMERMANN, GARCIAS E BASSO, 2020), entre outras.

As reflexões dos estudos citados acima estão associadas à própria representatividade das mulheres no rural e da forma como estão inseridas na gestão (de maneira individual) ou cogestão (dividindo as responsabilidades com o cônjuge) dos negócios das propriedades ou quando comparado à situação das mulheres na agricultura familiar e não familiar. Conforme o Censo Agropecuário de 2017 e o trabalho de Hora, Nobre e Butto (2021), o país tem 5,07 milhões estabelecimentos agropecuários, sendo que 81,3% (4,11 milhões) estavam sob a gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob a gestão feminina, confirmando a maior representatividade dos homens como titular do estabelecimento. No Rio Grande do Sul, o cenário não é diferente: de um total de 365.052 estabelecimentos, 43.893 são comandados por mulheres (IBGE, 2017). A cogestão entre o casal está presente em 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017).

Ainda, no Brasil, 77,1% (3,89 milhões) de estabelecimentos foram classificados como Agricultura Familiar (AF) e 22,9% (1,16 milhões) como Não Familiar (NAF). Deste total, 18,7% de estabelecimentos dirigidos por mulheres 19,7% são de mulheres pertencentes à agricultura familiar, sendo majoritariamente negras (63%), seguidas da cor branca (37%). Cerca de 77% dos estabelecimentos dirigidos por mulheres da agricultura familiar tem até 20 hectares (com área média de 14 hectares). Por outro lado, mulheres que fazem parte do grupo não familiar (percentual de 88,5%) dirigem estabelecimentos de até 500 hectares (com área média de 108 hectares) (HORA, NOBRE, BUTO, 2021).

O trabalho de Brumer e Giacobbo (1983) já apontava as diferenças entre trabalho e gestão das mulheres a partir do tamanho da propriedade e grau de tecnificação. Segundo as autoras, em propriedades menores e com pouca tecnificação e como alta dependência da produção de subsistências, as mulheres tem posição de destaque no trabalho organizando a produção e as atividades, enquanto mulheres pertencentes a propriedades maiores e mais intensas em tecnificação, as mulheres são mais propensas a atuarem na gestão, na busca por assistência técnica e realização dos serviços bancários, pois nestas propriedades registra-se a possibilidade de contratação de mão de obra para a execução das atividades domésticas e produtivas. Brumer e Giacobbo (1993) concluem que nível de escolaridade e conhecimento técnico são determinantes para as mulheres assumirem o posto de gestoras, enquanto para os homens o nível de escolaridade é indiferente.

Spanevello et al. (2020), analisando a inserção das mulheres na atividade leiteira a partir de distintos graus de tecnificação da atividade, apontam que mulheres mais jovens estão a frente de propriedades mais tecnificadas e suas tarefas estão relacionadas a ordenha, venda da produção e gestão técnica, enquanto mulheres mais

velhas estão nas propriedades menos tecnificadas e com maior necessidade de mão de obra na ordenha, limpeza dos equipamentos e alimentação dos animais, não sendo responsáveis pela gestão.

De modo geral, as questões pertinentes à direção e ao tamanho das propriedades comandadas por mulheres na agricultura familiar, geralmente são menores e com condições de terras mais desfavoráveis no quesito qualidade, contam com pouca assistência técnica e capacitação, mas bem-sucedidas quanto àquelas chefiadas por homens, no tocante a geração de renda agropecuária (FAO, 2011). Ainda, segundo Niederle e Wesz Junior, (2009) outras atividades não agrícolas como, por exemplo, a agroindustrialização da produção primária tem sido uma estratégia crescente para melhorar as condições de renda das propriedades rurais e permitem a inclusão social das mulheres da agricultura familiar. Nestas atividades, as mulheres agricultoras têm papel de destaque, pois a estratégia de agregação de valor aos alimentos geralmente surge da transformação de atividades antes desenvolvidas por elas na cozinha das famílias (GUIVANT, 2003).

Este artigo visa discutir as mulheres da agricultura familiar e sua diversidade nas distintas regiões do Rio Grande do Sul, através da análise de suas características socioeconômicas e forma de inserção na produção agropecuária. A análise foca no universo das características das gestoras, na forma como participam da produção e a tecnificação dos estabelecimentos agropecuários em que estão à frente.

2 Metodologia

Os dados apresentados neste estudo foram obtidos por meio do Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como foco apresentar características que permitem demonstrar como está a presença de mulheres na gestão, na produção e na tecnificação dos estabelecimentos agropecuários, analisando as distinções entre conjunto de estabelecimentos e aqueles classificados como de agricultura familiar.

As variáveis selecionadas para tal análise estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis para análise das condições das mulheres pertencentes a agricultura familiar.

Categorias	Variáveis
Gestão	Mulheres dirigentes em cada mesorregião gaúcha
	Coodireção do estabelecimento
	Idade mulheres
Produção agropecuária	Tamanho do estabelecimento
	Produção vegetal
	Produção animal
	Produção autoconsumo
Tecnificação dos estabelecimentos	Maquinários
	Assistência técnica

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Essas variáveis serão descritas e analisadas para as sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul, a fim de permitir compreensão desse contexto e de apontar distinções entre os espaços: Noroeste Rio-grandense (NE); Nordeste Rio-grandense (NO); Centro Ocidental Rio-grandense (CC); Centro Oriental Rio-grandense (CR); Metropolitana de Porto Alegre (RM); Sudoeste Rio-grandense (SO) e Sudeste Rio-grandense (SE).

3 Resultados e discussão

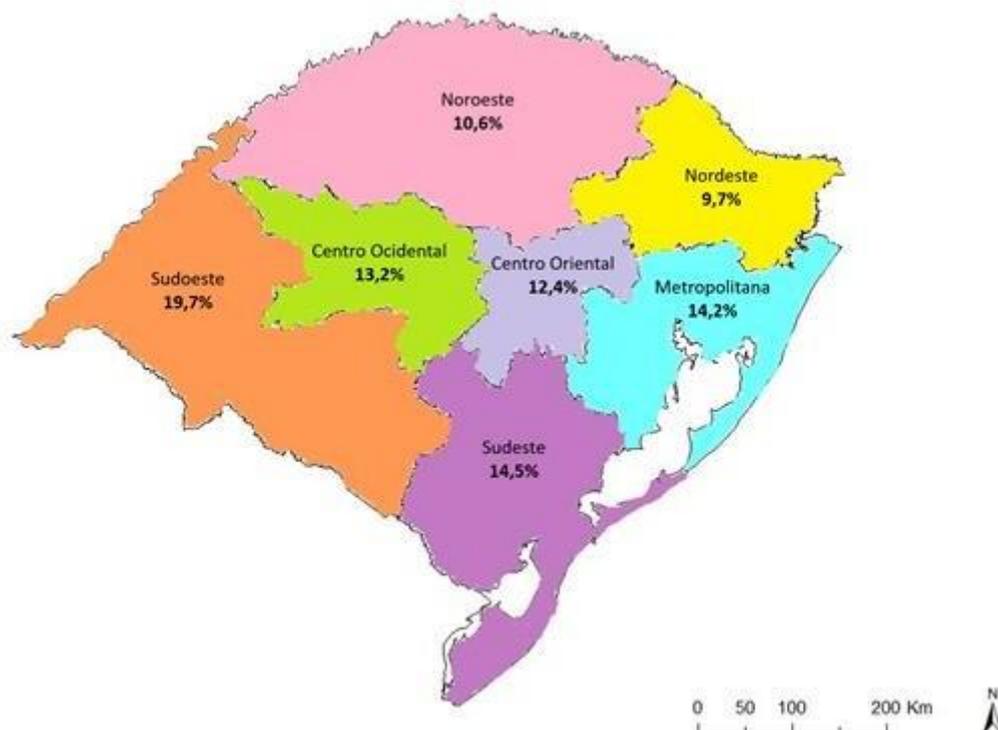
3.1 Gestão

A gestão da propriedade, para o Censo Agropecuário, está associada à tomada de decisões na direção do estabelecimento rural. No Rio Grande do Sul, foram contabilizadas 43.933 mulheres produtoras rurais, sendo 8.082 na agricultura não familiar e 35.851 na agricultura familiar. Tendo em vista que o escopo do presente trabalho visa identificar aspectos sobre as mulheres da agricultura familiar e sua diversidade nas distintas regiões do Rio Grande do Sul, através da análise de suas características socioeconômicas e forma de inserção na produção agropecuária, passa-se à análise dos dados referentes à presença da mulher da gestão dos estabelecimentos de agricultura familiar.

Importa ressaltar que a agricultura familiar, assim considerada pelo Censo Agropecuário, é aquela definida pela Lei nº 11.326/2006 concomitantemente com o Decreto 9.064/2017, os quais estabelecem como agricultor ou empreendedor familiar aquele que a) não detenha área de terras maior que 4 módulos fiscais; b) utilize mão-de-obra predominantemente familiar; c) tenha ao menos metade da renda familiar oriunda das atividades desenvolvidas no estabelecimento; e d) a direção do estabelecimento seja feita pelo produtor e sua família.

A Figura 1, a seguir, ilustra a proporção de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres de acordo com as mesorregiões do estado.

Figura 1 – Proporção de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigida por mulheres nas mesorregiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em IBGE (2019).

Na mesorregião Sudoeste do estado, há a maior participação de mulheres a frente dos estabelecimentos agropecuários (19,7%). Este local também conhecido como a região da Campanha, caracterizado pelo desenvolvimento da pecuária extensiva de médio e grande porte.

Entre os locais com menor proporção de mulheres na direção dos estabelecimentos estão a mesorregião Nordeste (9,7%) e a mesorregião Noroeste (10,6%). Na mesorregião Noroeste destaca-se a importância das lavouras temporárias, especialmente a cultura da soja e produção animal, aves, suínos e bovinos de leite. Já na mesorregião Noroeste, é uma das únicas regiões do estado a apresentar maiores percentuais de lavouras permanentes, associada à importância da vitivinicultura na região serrana.

A partir do Censo Agropecuário de 2017 também foi possível identificar que mulheres têm figurado como produtoras titulares de propriedades de agricultura familiar, consoante mostra a Quadro 2. Verifica-se que a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense apresenta o maior percentual de estabelecimentos titularizados por mulheres, no montante de 18,%, seguida da Mesorregião Sudeste, com 16,5%. Esses números demonstram que o acesso à terra na agricultura familiar ainda é predominado por homens. Em que pese Hora, Nobre e Buto (2021) afirmem que esses números são indicativos das desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres, o que não deve ser desconsiderado, por outro lado, pode-se afirmar que os papéis ocupados pelas

mulheres no meio rural, especialmente na agricultura familiar, vêm sendo diversificados positivamente.

Quadro 2 – Percentual dos estabelecimentos com direção compartilhada ou codireção

Mesorregião	Codireção
NO	5,2%
NE	6,2%
CC	7,0%
CR	7,0%
RM	10,5%
SO	17,0%
SE	8,6%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Ainda em termos de participação na gestão da propriedade, o Censo Agropecuário de 2017 foi inovador em relação ao anterior, realizado em 2006, por trazer para o questionário a possibilidade de informar quando o estabelecimento é dirigido de forma conjunta pelo casal agricultor familiar. Ou seja, o Censo buscou identificar as propriedades nas quais o casal divide as responsabilidades sobre a direção do empreendimento, ou que pelo menos parte das decisões tenham sido tomada pelos dois (IBGE, 2019). Neste contexto, identificou-se que, no Rio Grande do Sul, as regiões do Sudoeste (17%) e Metropolitana (10,5%) mostram maior incidência da gestão compartilhada dos estabelecimentos de agricultura familiar pelo casal, conforme quadro acima.

Segundo Hora, Nobre e Buto (2021), a variável relativa à tomada de decisão foi coletada a partir da autodeclaração do agricultor familiar e da consequente coleta de informações sobre o sexo, idade e escolaridade do seu cônjuge. As mesmas autoras registram que, durante a elaboração do Censo Agropecuário de 2017, havia a intenção de se questionar sobre as atividades desempenhadas por todos os integrantes da família, o que contribuiria para o entendimento sobre a organização do trabalho nas dinâmicas familiares. Entretanto, esse quesito foi retirado do questionário por questões orçamentárias, permanecendo apenas a possibilidade de declarar a cogestão, o que é, ainda, um pequeno passo em direção à compreensão das dinâmicas de organização do trabalho na agricultura familiar, mas que, por outro lado, amplia a visibilidade da mulher e das relações de gênero na agricultura familiar.

Outro dado que pode ser extraído do Censo Agropecuário de 2017 é relativo à idade das mulheres que figuram como diretoras dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. Em todo o Estado do Rio Grande do Sul foi identificada a presença de mulheres de menos de 25 anos de idade até de 75 anos ou mais como dirigentes

familiares, distribuídas nas proporções demonstrada no Quadro 3.

Quadro 3 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres, por estrato de idade, nas mesorregiões do Rio Grande do Sul

FAIXA ETÁRIA	NR	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Menor de 25 anos	19,0%	8,7%	17,5%	15,9%	13,0%	34%	20,2%
De 25 a menos de 35 anos	12,7%	8,3%	14,3%	11,7%	11,8%	29%	15,2%
De 35 a menos de 45 anos	10,0%	8,8%	11,2%	10,2%	12,5%	20%	13,2%
De 45 a menos de 55 anos	9,1%	7,7%	11,0%	10,9%	13,1%	18%	13,7%
De 55 a menos de 65 anos	9,4%	9,3%	11,9%	11,8%	13,5%	18%	13,3%
De 65 a menos de 75 anos	11,4%	11,5%	14,0%	14,1%	15,2%	17%	14,3%
De 75 anos e mais	17,2%	14,4%	21,8%	20,4%	20,5%	23%	21,8%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Verifica-se que na Mesorregião Sudoeste há o maior percentual de mulheres jovens dirigindo os estabelecimentos, na medida em que 34% apresentam idades inferiores a 25 anos. Há ainda um significativo percentual, 29% com idades entre 25 a menos de 35 anos. Por outro lado, é nesta mesma Mesorregião que se encontra o maior percentual de mulheres com idades mais elevadas, 20,5% possuem acima de 75 anos e 15,2% encontram-se na faixa etária de 65 a menos de 75 anos.

3.2 Produções agropecuária

Historicamente, por razões sociais e culturais, os papéis atribuídos a homens e mulheres são distintos, caracterizando uma divisão sexual do trabalho. No meio rural, por muito tempo, a mulher ocupou uma posição subordinada, uma vez que seu trabalho na agricultura possuía um papel secundário, caracterizando-se como de ajuda (LANGBECKER, 2016; BRUMER, 2004).

Segundo Silva e Schneider (2010), a grande maioria dos estudos referentes às mulheres rurais reforça seu papel dentro das propriedades, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas. Havendo assim, no Brasil, uma tradição entre os estudos e pesquisas realizadas que privilegiam questões relacionadas a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e no meio rural (MELO E DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004; 2009; PAULILO, 2004).

Atualmente, no entanto, pequenas mudanças nesse cenário podem ser verificadas a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, os quais demonstram que, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, há estabelecimentos de agricultura familiar dirigidos por mulheres. Extraí-se da Quadro 4, a seguir, que a incidência de mulheres que dirigem estabelecimentos de agricultura familiar no estado é maior em

propriedades de 50 hectares ou menos, havendo menor representatividade em áreas maiores de 50 hectares.

Quadro 4 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres, por estrato de tamanho, nas mesorregiões do Rio Grande do Sul

Faixa etária	NO	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Mais de 0 a menos de 5 ha	34,4%	25,2%	23,3%	37,7%	37,7%	15,6%	18,0%
De 5 a menos de 10 ha	22,8%	20,7%	17,1%	25,9%	22,6%	9,7%	15,4%
De 10 a menos de 20 ha	24,8%	27,7%	25,0%	23,6%	23,7%	21,3%	22,9%
De 20 a menos de 50 ha	14,9%	20,8%	25,1%	11,2%	14,1%	39,7%	33,2%
De 50 a menos de 100 ha	2,9%	4,9%	8,2%	1,6%	1,8%	11,1%	7,3%
De 100 a menos de 200 ha	0,0%	0,7%	1,1%	0,0%	0,000177	1,9%	2,9%
De 200 a menos de 500 ha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,000177	0,0004	0,0%
Produtor sem área	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,6%	0,3%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Em relação aos extratos de tamanho dos estabelecimentos, na mesorregião Centro Oriental, Metropolitana e Noroeste, foram identificados maior concentração de propriedades de até 5 hectares. Este fator está atrelado às próprias características destes locais, onde há predominância de propriedades de menor porte.

Ainda que a incidência de direção feminina de propriedades seja maior em áreas consideradas pequenas e que contam com até 50 hectares, mostra-se relevante o fato de que mulheres vêm assumindo a gestão de estabelecimentos rurais, o que ajuda a romper com os paradigmas que secundarizam o trabalho feminino, tornando o seu papel no meio rural mais visível diante da assunção de tarefas diversificadas, dentre elas, a de gestão.

Autores como Agne e Waquil (2015) argumentam que a participação feminina na agricultura não pode ser entendida simplesmente como fonte de trabalho complementar ao masculino e tão pouco reduzida às funções de cuidar dos filhos e do marido (AGNE e WAQUIL, 2015). Tal entendimento corrobora o que os dados do último Censo Agropecuário vêm demonstrando, ou seja: que a mulher tem assumido o protagonismo na direção de estabelecimentos de agricultura familiar e compartilhando a gestão com seus companheiros.

Outro indicativo de que a mulher vem ampliando a gama de responsabilidades assumidas dentro das propriedades rurais de agricultura familiar é a diversificação da produção constatada por meio do Censo nos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres, cujas atividades englobam desde a produção

vegetal até a produção animal. O Quadro 5 abaixo demonstra a produção vegetal com a participação das mulheres.

Quadro 5 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres e as atividades de produção vegetal desenvolvidas

Produção vegetal	NO	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Produção de lavouras temporárias	10,5%	10,1%	10,8%	10,8%	12,8%	16,8%	10,2%
Cultivo de cereais	12,1%	11,8%	10,9%	12,2%	14,9%	19,8%	15,7%
Cultivo de cana-de-açúcar	11,5%	10,0%	10,4%	14,9%	13,0%	12,7%	-
Cultivo de fumo	6,4%	6,8%	5,4%	8,0%	7,9%	3,5%	5,3%
Cultivo de soja	8,5%	6,8%	10,5%	8,0%	15,0%	17,4%	9,8%
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	16,5%	14,2%	18,9%	20,0%	17,3%	18,5%	17,0%
Horticultura e floricultura	10,6%	10,6%	18,2%	15,9%	12,5%	12,1%	12,8%
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	10,3%	10,5%	18,8%	15,3%	11,5%	11,8%	12,5%
Produção de lavouras permanentes	9,3%	7,7%	13,9%	13,5%	10,9%	21,1%	12,2%
Cultivo de laranja	7,3%	9,9%	9,5%	9,4%	15,8%	15,0%	8,7%
Cultivo de uva	5,1%	7,5%	4,2%	8,2%	11,9%	21,1%	13,3%
Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	5,3%	7,3%	15,4%	13,4%	9,9%	33,3%	11,5%
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	15,6%	8,9%	33,3%	18,6%	19,8%	17,6%	25,0%
Produção florestal - florestas plantadas	11,7%	14,8%	11,1%	18,2%	15,4%	15,9%	15,8%
Produção florestal - florestas nativas	30,5%	27,0%	9,1%	37,5%	18,4%	16,7%	14,3%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

De modo geral, observa-se que as mulheres pertencentes a agricultura familiar e dirigentes de estabelecimentos apresentam participação em todas as atividades consideradas de produção vegetal. Nas mesorregiões Nordeste e Noroeste destaca-se a maior participação na produção florestal (30,5% e 27,0% respectivamente), na Centro Ocidental cultivos de lavoura temporária, horticultura e floricultura apresenta maior percentual, na Centro Oriental e na Metropolitana é mais expressivo a produção florestal, enquanto da Sudoeste destacam-se cultivos de frutas de lavouras permanentes, uva seguido de cereais. Já na mesorregião Sudeste cultivos de lavoura permanente e temporárias apresentam destaque.

Os serviços de horticultura e produção florestal (especialmente mudas) são

serviços que demandam mão de obra, em especial mão de obra cuidadosa no manuseio e repicagem de mudas, bem como colheitas de frutas delicadas como, por exemplo, morango. Por isso, como mostram os dados de Di Sabbato et al. (2009) as principais atividades desempenhadas pelas mulheres nas propriedades, estavam relacionadas a criação de animais domésticos para o consumo (80,6%), horticultura/floricultura (49,7%) e silvicultura (36,6%), enquanto que os homens estavam ocupados de forma mais expressiva nas atividades de lavoura (72,5%) e pecuária (82,9%).

Considerando a produção de pecuária, o Quadro 6 mostra que as mulheres têm predominância na criação dos suínos em todas as Mesorregiões, exceto na Noroeste em que a criação a ovinos e caprinos apresentam um percentual um pouco superior.

Quadro 6 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres com as atividades produção animal desenvolvidas

Produção animal	NO	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Pecuária e criação de outros animais	10,5%	10,9%	17,1%	15,5%	17,8%	21,0%	19,7%
Criação de bovinos	9,3%	10,9%	15,6%	15,2%	15,7%	19,4%	18,4%
Criação de outros animais de grande porte	10,3%	6,1%	9,1%	5,8%	13,8%	10,2%	3,7%
Criação de ovinos e caprinos	10,1%	15,1%	18,5%	17,0%	17,8%	23,6%	20,7%
Criação de suínos	6,1%	5,6%	26,0%	10,2%	10,9%	12,8%	35,1%
Criação de aves	22,2%	12,8%	27,8%	19,1%	24,4%	33,5%	28,4%
Criação de outros animais	7,9%	7,0%	11,6%	11,2%	9,6%	12,7%	7,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Ao analisar a finalidade da produção agropecuária do estabelecimento, constatou-se que há em todas as mesorregiões um significativo percentual de mulheres que tem como foco a produção para consumo próprio. Estes números são ainda mais significativos na região Sudoeste (25,3%).

Quadro 7 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigidos por mulheres que tem produção destinada para o autoconsumo

Mesorregião	Estabelecimentos
NO	18,7%
NE	19,3%
CC	21,6%
R	21,5%
RM	21,3%
SO	25,3%
SE	20,7%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Silva e Benites (2022) analisando estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens e mulheres pertencentes a agricultura familiar nos três estados do sul do país, aponta que dos 35.851 estabelecimentos de agricultura familiar dirigidos por mulheres, 31% da produção são destinados ao consumo próprio, os demais (69%) são comercializados. Ainda, segundo os autores os estabelecimentos dirigidos por agricultores familiares homens apenas 16,81% da produção são destinados ao autoconsumo, enquanto 83,19% são destinados à comercialização. Para Silva e Benites (2022, p. 155):

Esta diferença entre os dados encontrados nas propriedades dirigidas por mulheres e nas propriedades dirigidas por homens pode estar relacionada à divisão sexual do trabalho rural que coloca a produção de autoconsumo majoritariamente como responsabilidade feminina.

Outra questão, conforme Savari et al. (2020) está associado ao trabalho e produção das mulheres com a segurança alimentar. Segundo a autora há uma diferença significativa entre variáveis como sistema de produção familiar, número de funcionários, tamanho da família, distância da cidade, quantidade de terras agricultáveis e escolaridade com a questão da segurança alimentar. Em outras palavras, os domicílios que possuem um sistema de produção misto e têm menos funcionários têm mais participação na segurança alimentar. Além disso, aqueles que têm de 2 a 4 ha de área e cuja casa fica de 20 a 40 km da cidade participam mais da segurança alimentar. Enquanto isso, variáveis como idade, renda familiar e experiência na agricultura não influenciam significativamente a participação das mulheres. Já a participação em cursos educacionais e a obtenção de informações relacionadas à nutrição domiciliar tiveram influência significativa na segurança alimentar. Em outras palavras, as mulheres que participam de aulas educacionais e aprendem sobre nutrição familiar têm mais participação na promoção da segurança alimentar (SAVARI, et al. 2020).

3.3 *Tecnificação da propriedade*

A tecnificação dos estabelecimentos familiares dirigidos por mulheres é dada pelo tipo de maquinário que apresentam (Quadro 8). Verifica-se que na maioria das mesorregiões o trator é destaque, num percentual que chega a 10% considerando todas as mesorregiões. Demais maquinários como plantadeiras, colheitadeiras e adubadeiras são mais representativos na mesorregião Sudoeste.

Quadro 8 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres com presença de maquinários

Maquinários	NO	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Tratores	4,6%	5,6%	6,6%	7,5%	7,9%	10%	6,3%
Semeadeiras/plantadeiras	3,9%	4%	5,9%	5,9%	6,2%	8,8%	4,9
Colheitadeiras	3,5%	3,9%	4,9%	4,4%	5,8%	9,9%	4,7%
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	3,9%	3,8%	5,4%	5,9%	4,8%	11,1%	5,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Segundo Spanevello et al. (2020) o grau de tecnificação de um estabelecimento ou de uma atividade depende também do papel da mulher neste estabelecimento e nesta atividade. Os autores analisaram a inserção das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira e concluíram que a atividade com menor grau de tecnificação tem maior participação da mulher, enquanto a atividade leiteira com maiores investimentos e tecnificação tem o homem como seu gestor.

Quadro 9 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar dirigido por mulheres quanto a forma de obtenção da assistência técnica

Forma obtenção	NO	NE	CC	CR	RM	SO	SE
Televisão	10,2%	9,3%	13,4%	12,0%	13,9%	18,9%	14,7%
Rádio	10,4%	9,4%	13,2%	11,9%	13,7%	18,7%	14,6%
Internet	8,8%	8,3%	13,1%	11,8%	14,3%	20,2%	14,6%
Revistas	8,7%	9,8%	12,6%	10,7%	13,5%	19,8%	11,4%
Jornais	8,3%	9,5%	11,7%	11,5%	12,6%	22,5%	13,7%
Reuniões técnicas/Seminários	6,3%	6,3%	8,6%	9,0%	9,2%	18,3%	11,0%
Outra forma	9,4%	8,7%	12,3%	12,4%	13,2%	20,0%	14,5%
Não obtém informações técnicas	15,6%	13,9%	15,7%	15,7%	17,2%	23,5%	15,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2017).

Com relação a obtenção de assistência técnica constata-se que a maioria das mulheres da agricultura familiar não contam com assistência técnica, independentemente da mesorregião onde se localizam. Rodrigues, Silva, Brabo, Souza e Santos (2021) analisando a situação de mulheres agricultoras familiares no estado do Pará apontam que 40% não recebem nenhum serviço de assistência técnica, enquanto as que recebem tem na televisão a maior fonte de busca de conhecimentos (35%), rádio (23%) e outras formas (25%).

Considerações finais

Os resultados dos dados analisados referentes a situação das mulheres que comandam estabelecimentos na agricultura familiar do RS revelam cenários distintos dependendo das mesorregiões do estado a partir dos três eixos de análise: gestão, produção agropecuária e tecnificação dos estabelecimentos.

No conjunto das mesorregiões analisadas a Sudoeste tem mais mulheres a frente dos estabelecimentos, bem como mais mulheres na codireção (em conjunto com os cônjuges) e também o maior estrato de mulheres mais jovens comparativamente as demais mesorregiões. Com relação a faixa etária, o conjunto das mesorregiões apresentam forte indicio do envelhecimento populacional feminino, pois é expressivo em todas elas a idade de 65 anos ou mais.

Considerando os aspectos produtivos/produção agropecuária, os estabelecimentos comandados por mulheres apresentam, predominantemente, menos de 50 hectares, inclusive três mesorregiões (Noroeste, Centro oriental e Região metropolitana) o maior registro é de estabelecimentos com 5 ou menos hectares. Outra condição levantada a partir dos dados refere-se as atividades produtivas realizadas pelas mulheres com forte foco nas atividades demandantes de maior uso de mão de obra como atividades florestais, lavouras temporárias e horticultura, além da produção de aves e pecuária (de corte e leite). Todas os estabelecimentos de todas as mesorregiões também apresentaram produção para autoconsumo.

Com relação a tecnificação dos estabelecimentos observa-se pouca presença de maquinários sendo o mais utilizado o trator. No entanto, quando se analisa os dados referentes a busca por orientação técnica, é expressivo a falta de orientação técnica para as mulheres, independentemente da mesorregião em que se encontram.

A situação das mulheres da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, com destaque para as particularidades das mesorregiões gaúchas nos permite concluir que as mulheres ainda têm um espaço de visibilidade a ser conquistado, especialmente no referente as questões produtivas e de acesso a informações técnicas. Este quadro associado ao crescente envelhecimentos das mulheres torna-se urgente a necessidade de ações e políticas públicas para melhorar as condições das mesmas no contexto da agricultura familiar.

Referencias

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. As mulheres nas agroindústrias familiares: a construção de mercados e a especificidade da produção na Região Central do Rio Grande do Sul. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 221-243.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan.-abril 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br//ref/a/vz3j55w5HNq95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

BRUMER, A. Gênero, família e globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 14- 23, jan.-jun. 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br//soc/a/98QnCdqY6W578Li6gRBdysR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

BRUMER, A.; GIACOBBO, N. M. S. **O trabalho da mulher na pequena produção agrícola**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983.

CABRAL, F. B. Ciranda de roses: vulnerabilidade, demandas e necessidades de saúde de trabalhadores em assentamento rural. 2014. 327 f. **Tese** (Doutorado). Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo. UNIFESP), São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/48081>>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Women in agriculture: closing the gender gap for development**. Roma: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017

FRANCHI, N. Trajetória de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo das lutas sociais. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. São Leopoldo, 2011. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4260>>. Acesso em: 22 de abri. de 2023.

GUIVANT, J. S. Agrarian Change, Gender and Land Rights: a Brazilian case study. Social Policy and Development Programme Paper, Geneva: UNRISD, n.14, p.1 - 51, 2003. Disponível em: < [https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/downloads/12967/%2Fsystem%2Fpdf%2F1228%2FAGrarian Change Gender and Land Rights.pdf](https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/downloads/12967/%2Fsystem%2Fpdf%2F1228%2FAGrarian%20Change%20Gender%20and%20Land%20Rights.pdf)>. Acesso em: 5 de mai. de 2023.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 248f. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/16405>>. Acesso em: 5 de mai. de 2023.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. **As mulheres no Censo Agropecuário 2017**. FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 25 abr. de 2013.

LANGBECKER, T.B. Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS. 2016. 176 f. **Dissertação**, Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10183/147431>>. Acesso em: 6 de mai. de 2023.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B1591p/B1591p.PDF>. Acesso em 5 de mai. de 2023.

MOREIRA, S. Da L., SPANEVELLO, R. M., BOSCARDIN, M, LAGO, Adriano. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2020, v. 28, n. 2, p. 413-433. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_07_estrategias. Acesso em: 14 mai. 2023.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056848004.pdf>>. Acesso em 5 de mai. de 2023.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan.-abril 2004. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de mai. de 2023.

RODRIGUES, H. E.; COUTO, M, H. S. H. F. DO.; SILVA, R. N. P. DA.; BRABO, M. P.; SANTOS, M. A. S. dos. MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NO ESTADO DO PARÁ. **Revista Brasileira de Desenvolvimento territorial sustentável**, v.7, n.2, julh/dez, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80645/45513>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. Disponível em:< https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/267263823_GENERO_TRABALHO_RURAL_E_PLURIATIVIDADE/links/550882470cf27e990e0bd470/GENERO-TRABALHO-RURAL-E-PLURIATIVIDADE.pdf>. Acesso em: 11 de mai. de 2023.

SILVA, V. C. M; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol.51, no.2, Brasília. Apr./June, 2013. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/resr/a/DkBn784C46WYHN9PTj7T5Ly/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de mai. de 2023.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, v. 44, set. 2016. Disponível em:< <https://journals.openedition.org/polis/11963>>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M.; FAGUNDES, C. C. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**. Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências. Edição Vol. 30, Núm. 51, 2021.

<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5418>>.
Acesso em: 12 de mai. de 2023.

ZIMMERMANN, S.; GARCIA, M. O. de.; BASSO, D. Participación y empoderamiento de las mujeres en las cooperativas: un estudio sobre la participación de mujeres em cooperativas de la agricultura familiar en Brasil. **Desenvolvimento em Debate**, v. 8, n.1, p. 145-161, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/dd/article/view/37491/20552>. Acesso em: 14 mai. 2023.